

## ANEXO XVIII

REGULAMENTO DA TRANSIÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO (DENOMINADO LOTE 10) OBJETO DO  
CONTRATO DE CONCESSÃO 009/CR/1998, DA CONCESSIONÁRIA AUTOVIAS S.A. PARA A  
CONTRATADA, PARA A INTEGRAÇÃO AO LOTE ITAPORANGA - FRANCA

## ANEXO XVIII

REGULAMENTO DA TRANSIÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO OBJETO DO CONTRATO DE CONCESSÃO 009/CR/1998 (DENOMINADO LOTE 10), DA CONCESSIONÁRIA AUTOVIAS S.A. PARA A CONTRATADA, PARA A INTEGRAÇÃO AO LOTE ITAPORANGA - FRANCA

## CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [•]/[•]

CONCESSÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DO LOTE DENOMINADO ITAPORANGA - FRANCA, CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL

## ÍNDICE

ÍNDICE.....	2
1. Introdução.....	3
2. Do objeto da transição.....	3
3. Das prerrogativas da CONTRATADA na transição do Sistema.....	4
4. Da Transição.....	4
5. Da anuência tácita da CONTRATADA.....	6
6. Das Funções de Operação e Dos Projetos de Engenharia.....	6
7. Inventário.....	7
8. Da Garantia de Recebimento pela CONTRATADA do sistema rodoviário objeto do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998.....	7
9. Disposições Finais .....	7

## 1. Introdução

1.1. A Concessionária AUTOVIAS S.A. (doravante "AUTOVIAS") explora os serviços públicos de transporte relativos ao Sistema Rodoviário denominado LOTE 10, objeto do Contrato de Concessão 009/CR/1998, pelo prazo de 20 (vinte) anos, que se finda em 2018.

1.2. O Sistema Rodoviário referido no subitem 1.1 desta Introdução, denominado LOTE 10, integra o Lote Itaporanga - Franca, da Terceira Etapa do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, objeto do Contrato de Concessão nº .../.../2016, e será transferido à CONTRATADA, nos termos e condições estabelecidas neste Anexo XVIII ao contrato de concessão retro nomeado. .

1.3. O regramento estabelecido neste ANEXO XVIII, visa à realização da transferência do Sistema Rodoviário denominado LOTE 10, da AUTOVIAS para a CONTRATADA, ao final da vigência do Contrato de Concessão 009/CR/1998, de modo transparente e eficiente, preservando a continuidade da prestação do serviço público e os direitos dos usuários e do PODER CONCEDENTE.

1.4. Eventuais obstáculos ao fiel cumprimento das disposições deste ANEXO XVIII, ainda que imputáveis a terceiros, não eximem a CONTRATADA da assunção do Sistema Rodoviário objeto do LOTE 10, à zero hora do dia imediatamente subsequente ao do término da vigência do Contrato de nº 009/CR/1998, independentemente da realização ou conclusão de todas as Etapas estabelecidas neste ANEXO XVIII, e tampouco a exime de qualquer responsabilidade prevista no CONTRATO DE CONCESSÃO.

1.5 A CONTRATADA é responsável exclusiva pelo ônus da sua omissão ou inércia nas providências previstas neste ANEXO XVIII.

## 2. Do objeto da transição

2.1 O LOTE 10, cuja transferência da AUTOVIAS à CONTRATADA é objeto deste Anexo, é constituído pelo conjunto de pistas de rolamento, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos neles contidos, áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, e tudo o mais indispensável à prestação à continuidade da prestação dos serviços de transporte rodoviário, compreendendo os seguintes trechos:

- I) SP 255 – Rodovia Antônio Machado Sant’Ana – Entre os municípios de Ribeirão Preto e Araraquara – do km 2,800 ao km 83,200;
- II) SP 318 – Rodovia Eng. Thales de Lorena Peixoto Junior – Entre os municípios de São Carlos e Rincão – do km 235,400 ao km 280,000;
- III) SP 330 – Rodovia Anhanguera – Entre os municípios de Santa Rita do Passa Quatro e Ribeirão Preto – do km 240,500 ao km 318,500;
- IV) SP 334 – Rodovia Cândido Portinari – Entre os municípios de Ribeirão Preto e Franca – do km 318,000 ao km 406,000;
- V) SP 345 – Rodovia Engenheiro Ronan Rocha – Entre os municípios de Itirapuã e Franca – do km 10,500 ao km 36,000;
- VI) Todos os elementos e estruturas físicas que contemplam as funções operacionais da CONCESSÃO, tais como CCO, SAU, PGF, PRAÇA DE PEDÁGIO, entre outros.

2.2 Com a transferência do LOTE 10 à CONTRATADA, mediante a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE, serão transferidos, além do sistema rodoviário referido no item 2,1 deste Anexo, também, as rodovias de acessos e demais trechos rodoviários contíguos à malha que constitui o LOTE 10, conforme descrição apresentada no ANEXO II - Situação Atual do Sistema Rodoviário, que passarão a integrar o SISTEMA RODOVIÁRIO escopo da CONCESSÃO de que trata o Contrato de Concessão ao qual este Anexo XVIII faz parte integrante, devendo a CONTRATADA desempenhar todas as atividades a ela inerentes e cumprir com todas as obrigações relacionadas à exploração dessa CONCESSÃO.

### 3. Das prerrogativas da CONTRATADA na transição do Sistema

3.1. A partir da data da assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO, a CONTRATADA ficará autorizada a adotar providências voltadas à verificação do cumprimento, pela AUTOVIAS, das condições mínimas para devolução do Sistema Rodoviário objeto do LOTE 10 em bom estado, com atualização adequada, nos termos previstos no Anexo 10 - Condições de Devolução, do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998.

3.2 Dentre as providências que a CONTRATADA estará autorizada a adotar, e considerando as o disposto nos artigos 19, I, e 20, §§1º e 2º, da Lei 7.835, de 8 de maio de 1992, bem como as disposições do item "3 Recebimento" e seus subitens, do Anexo 10, do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998, estão incluídas:

(i) a participação na COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO do Sistema Rodoviário concedido à AUTOVIAS, de que trata o Anexo 10 do Contrato de Concessão 009/CR/1998, sem prejuízo da representação da ARTESP, na qualidade de Agência Reguladora;

(ii) a realização de vistorias, juntamente com a ARTESP, nos termos dos artigos 19, I, e 20, §§1º e 2º, da Lei 7.835, de 8 de maio de 1992, o Sistema Rodoviário concedido à AUTOVIAS;

(iii) a realização de vistorias, juntamente com os demais membros da COMISSÃO referida no item (i) retro, o Sistema Rodoviário concedido à AUTOVIAS, para verificar a existência das condições mínimas para devolução, previstas no Anexo 10 ao Contrato de Concessão 009/CR/1998, inclusive durante o período coberto pela garantia contratual de prosseguimento da vida útil por 6 (seis) anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento, período em que a AUTOVIAS está contratualmente obrigada a garantir a inoccorrência de necessidade de serviços de recuperação e/ou reforços nas obras de arte especiais;

(iv) a elaboração de relatórios de visitas, independentemente dos relatórios emitidos pela COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO e/ou ARTESP.

3.2.1 - Nos relatórios de visitas, a que se refere o subitem 3.2 (iv) desta Cláusula, a CONTRATADA poderá:

(i) oferecer sugestões dos parâmetros que nortearão a transferência do sistema rodoviário, especialmente quanto à compatibilidade de cronogramas;

(ii) apontar, de forma detalhada e fundamentada, eventuais descumprimentos das condições mínimas de devolução previstas no Anexo 10 ao Contrato de Concessão 009/CR/1998;

(iii) requerer a adoção de todas as medidas necessárias, inclusive judiciais e referentes à execução de garantia, em face da AUTOVIAS, no caso de descumprimento das condições mínimas de devolução previstas no Anexo 10 ao Contrato de Concessão 009/CR/1998, garantindo a ARTESP à AUTOVIAS o direito ao devido processo administrativo, quando o caso.

#### 4. Da Transição

4.1. A COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO do Sistema Rodoviário integrante do LOTE 10, prevista no Anexo 10 do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998, e a ARTESP serão responsáveis pela implementação das Etapas e Prazos estabelecidos no escopo daquele Contrato, visando (i) ao adequado e pleno retorno ao Poder Concedente dos direitos, privilégios e reversão dos bens vinculados à prestação do serviço objeto da Concessão vincenda, (ii) à continuidade da prestação do serviço público, (iii) à preservação dos direitos dos usuários e do Poder Concedente.

4.2. Caberá à ARTESP, na condição de Agência Reguladora:

(i) aprovar o relatório de vistoria e os parâmetros propostos pela COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO para transferência do sistema, da AUTOVIAS para CONTRATADA;

(ii) dirimir conflitos entre os membros da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO e a CONTRATADA.

(iii) apreciar o Relatório de Visitas apresentado pela CONTRATADA e decidir sobre as questões nele aventadas, inclusive quanto à abertura do processo administrativo sancionatório, em face da AUTOVIAS, se for o caso.

4.3. Em até 45 (quarenta e cinco) dias antes da extinção da concessão da AUTOVIAS, a CONTRATADA deverá apresentar ao Conselho Diretor da ARTESP um Relatório de Visita, nos termos do subitem 3.2 (iv) e subitem 3.2.1, supra, contendo:

(i) resumo da situação dos componentes verificados, das incorreções constatadas e das medidas adotadas pela AUTOVIAS para saná-las, até o último dia da concessão, incluindo informações:

a) sobre o cumprimento, pela AUTOVIAS, dos prazos estabelecidos nos relatórios de vistoria parciais da Comissão de Devolução do LOTE 10;

b) quanto ao atendimento, ou não, das condições de devolução do sistema previstas no Anexo 10 do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998;

(ii) proposta de condições a serem estabelecidas pela ARTESP para recebimento provisório do sistema Rodoviário objeto do LOTE 10 pelo Poder Concedente e, se persistirem incorreções, estimativa de eventual desequilíbrio econômico-financeiro em relação à CONTRATADA, caso lhe caiba proceder, às suas expensas, às correções necessárias à plena operação do Sistema que lhe será transferido.

4.4. Compete ao Conselho Diretor da ARTESP decidir sobre:

(i) regularidade do(s) procedimento(s) adotado(s) pela equipe da AUTOVIAS;

(ii) a adequação das propostas oferecidas pela CONTRATADA, para recebimento provisório, referida no subitem 4.3.II, desta cláusula ;

(iii) o recebimento e devolução do Sistema Rodoviário objeto do LOTE 10 e consequências em relação à AUTOVIAS, à CONTRATADA e ao Poder Concedente, conforme o caso, assegurado o direito ao contraditório.

4.5. O recebimento provisório do Sistema Rodoviário objeto do LOTE 10 pelo Poder Concedente não exime a AUTOVIAS de eventuais responsabilidades técnicas, que somente se encerrarão nos termos e condições prevista na legislação pertinente e nas cláusulas do Contrato de Concessão 009/CR/1998, nem da responsabilidade civil, de manter o PODER CONCEDENTE e/ou a CONTRATADA indene, decorrente de garantia de vida útil dos bens reversíveis, prevista no Anexo 10 ao mesmo contrato retro referido. .

## 5. Da anuência tácita da CONTRATADA

5.1. A validação, pelo Conselho de Diretores da ARTESP, dos trabalhos da Comissão de Devolução, dos Relatórios de Visitas elaborados pela CONTRATADA, e do Relatório de Vistoria da ARTESP, implica a plena aceitação, pela CONTRATADA, das condições do LOTE 10, que passará a integrar sua concessão, denominada LOTE ITAPORANGA - FRANCA, mediante a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE.

5.2 As incorreções ou falhas não ocultas ou previsíveis da AUTOVIAS, no cumprimento das Condições de Devolução previstas no Anexo 10 ao Contrato de Concessão 009/CR/1998S, não identificadas pela CONTRATADA, nos Relatórios de Visitas, não constituirão fatores de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.2.1 Excetuados os casos previstos no item 5.2 supra, havendo incorreção ou falha da AUTOVIAS no cumprimento das Condições de Devolução previstas no Anexo 10 ao Contrato de Concessão 009/CR/1998, identificada posteriormente à Transferência do Sistema à CONTRATANTE, mas dentro do período da garantia contratual de 6 (seis) meses prevista no Anexo 10 ao Contrato de Concessão 009/CR/1998, a CONTRATADA desde já anui com a decisão da ARTESP de determinar à AUTOVIAS as devidas reparações, sob supervisão e mediante aprovação dos projetos pela CONTRATADA juntamente com a ARTESP.

## 6. Das Funções de Operação e Dos Projetos de Engenharia

6.1 A operação do SISTEMA RODOVIÁRIO deverá estar plenamente padronizada, em toda a sua extensão, em 180 (cento e oitenta) dias contados da data da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE.

6.2 As ampliações e respectivos Projetos Funcionais previstos para o período de vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO estão previstos no ANEXO VII - SERVIÇOS CORRESPONDENTES ÀS FUNÇÕES DE AMPLIAÇÃO, devendo ser considerado, para fins de cronograma de obras, como termo inicial (do) a data de assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO.

## 7. Inventário

7.1 O Relatório de Vistoria e demais documentos produzidos pela COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO e aceitos pela CONTRATADA, e aprovado pela ARTESP na forma do item 4 e subitens deste ANEXO integram o inventário de bens da CONCESSÃO, o qual deverá ser mantido atualizado e adequado, inclusive em termos tecnológicos e por meio de vídeo-registro georreferenciado, à prestação do serviço público durante todo o prazo de CONCESSÃO.

7.2 A CONTRATADA, no prazo máximo de 90 (noventa) dias da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE, deverá realizar levantamento do tipo vídeo-registro georreferenciado da Malha transferida, contemplando o pavimento e os demais elementos do sistema rodoviário tais como: geometria, sinalização, drenagem, taludes, OAEs, passarelas, etc., e mantê-lo atualizado, nos termos do Anexo VI, durante todo o prazo da concessão.

8. Da Garantia de Recebimento pela CONTRATADA do sistema rodoviário objeto do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998

8.1 A CONTRATANTE garante o recebimento integral pela CONTRATADA do Sistema Rodoviário de que trata o LOTE 10, objeto do Contrato de Concessão 009/CR/1998, na primeira hora do dia [ - ] de 2018, que poderá ser antecipada, em razão do advento do termo contratual ou em decorrência de decisão judicial transitada em julgado, proferida na Ação Declaratória de autoria da AUTOVIAS S/A em face da ARTESP e do Estado de São Paulo (Processo 1014902-54.2015.8.26.0053 – 10ª VFP).

8.2 As partes reconhecem desde já que constitui evento de desequilíbrio com efeitos prejudiciais ao PODER CONCEDENTE, havendo consequente necessidade de recomposição da equação econômico-financeira do CONTRATO DE CONCESSÃO em favor do PODER CONCEDENTE, a ser calculado nos termos do retro referido contrato, a hipótese de antecipação do recebimento do LOTE 10, que passará a integrar o CONTRATO DE CONCESSÃO.

8.2.1 Implementando-se o evento acima referido, a Concessionária não poderá recusar-se a receber antecipadamente o LOTE 10, assumindo, para com este trecho rodoviário, todas as obrigações e direitos derivados do contrato de concessão e seus anexos.

8.3 As partes reconhecem desde já que constitui evento de desequilíbrio com efeitos prejudiciais à CONTRATADA, havendo consequente necessidade de recomposição da equação econômico-financeira do CONTRATO DE CONCESSÃO em favor da CONTRATADA, a ser calculado nos termos do retro referido contrato, a hipótese de atraso no recebimento do LOTE 10, que passará a integrar o CONTRATO DE CONCESSÃO.

8.3.1 Configurando-se a hipótese descrita no item 8.3, a forma pela qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato será obrigatoriamente o ressarcimento ou indenização.

9. Disposições Finais

9.1 Para a implementação do disposto neste ANEXO, é vedada a interferência, prejuízo, imposição de obstáculos ou ruptura de continuidade na prestação de serviços objeto do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998, bem como a imposição de qualquer ônus à AUTOVIAS, ficando protegidos todos os direitos contratuais e de propriedade intelectual da AUTOVIAS, observadas a cessão, sem ônus e definitivamente, à ARTESP, de licença para usar, inclusive em futuros contratos de concessão, os estudos, projetos e outros trabalhos de cunho intelectual criados e utilizados no desenvolvimento do projeto e direitos de propriedade



intelectual a ele respectivos (incluindo o direito de fazer e utilizar trabalhos derivados do mesmo), apenas como necessários à continuidade da prestação dos serviços concedidos, sua atualização e/ou revisão;

9.2. Toda e qualquer definição conjunta entre AUTOVIAS e CONTRATADA, referente ou não à fase de transição e de caráter estritamente privado, que não interfira na prestação adequada do serviço concedido:

- (i) não ensejará qualquer direito a reequilíbrio em favor de alguma das duas;
- (ii) não poderá implicar qualquer ônus ao Poder Concedente;
- (iii) deverá ser comunicada à ARTESP.

9.3 Toda e qualquer definição conjunta entre AUTOVIAS e CONTRATADA que tenha algum reflexo a na prestação adequada do serviço concedido deverá ser previamente aprovadas pela ARTESP.